Serviços Fabris aberto praça em 30 de maio de 1910 para arrematação de varios artigos destinados á laboração da Fabrica Nacional de Cordoaria, no anno economico de 1910-1911, appareceram varias propostas, e, entre ellas, uma de Joaquim Soares Franco, para fornecimento de linho, cairo, pita e alcatrão, que foi excluida, porque o representante do proponente não provou que este era negociante da especialidade dos artigos a que se referia a proposta, sendo certo que alguns dos concorrentes contestaram essa qualidade ao proponente Joaquim Soares Franco, a fl. 16;

Mostra-se que, protestando o concorrente Soares Franco contra a exclusão, visto o artigo 6.º do caderno de encargos admitir propostas de commerciantes estabelecidos a fl. 20, o conselho manteve a exclusão: a) porque o concorrente não provou que era commerciante estabelecido; o carimbo do envolvero da proposta apenas tem o nome e morada do proponente, sem indicação de estabelecimento de qualquer commercio, escritorio de commissões ou consignações; b) porque não cumpriu o preceituado no § unico do mesmo artigo 6.º autenticando com testemunhas a sua capacidade commercial, a fl. 16 e 17;

Mostra-se que, nos termos do § 2.º do artigo 94.º do regulamento de 27 de junho de 1907, recorreu, em 1 de junho de 1910, da decisão do conselho para o antigo Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar allegando:

— que satisfaz ás condições exigidas nas clausulas do concurso;

— que exerce o commercio da especialidade a que concorreu, e dos respectivos materiaes tem deposito no Barreiro, encontrando se instalado o escritorio na Rua do Corpo Santo n.º 50, 1.º;

— que prova este asserto com o conhecimento da licença, que, em 13 de maio, a Camara Municipal de Lisboa lhe concedeu para ter o seu estabelecimento aberto até 30 de junho de 1910 a fl. 24, e com as declarações de fl. 25 a 28, que provam o exercicio do commercio, dos artigos a que concorreu, sendo notavel que até com a propria Cordoaria Nacional negociou, por contrato particular, em alcatrão a fl. 21-22;

Mostra-se que o Conselho de Administração dos serviços fabris informa:

— que a licença da Camara Municipal de Lisboa, dada de 13 de maio de 1910 e que terminou em 30 de junho, referindo-se á agencia commercial, sem designação de especialidade, como os attestados, cujo valor é diminuto, attenta a sua origem e a forma da sua redacção, não fundamentam o pedido do recorrente;

— que, por informação directa do proprio recorrente, o proponente Joaquim Soares Franco acha-se estabelecido desde maio de 1910, e, por informações obtidas é pouco conhecido na praça;

— que parece não offerecer as garantias necessarias para o fornecimento da principal materia prima, na importancia aproximada de 25:000\$000 réis, necessaria para a laboração da cordoaria a fl. 22 e 23;

Mostra-se que com esta informação se conformou o antigo Ministro da Marinha e Ultramar por despacho de 8 de junho de 1910 a fl. 21; e d'este despacho que foi comunicado ao interessado em officio de 16 do mesmo mês e anno, interpôs recurso para o Supremo Tribunal Administrativo, em 20 d'esse mês;

O que tudo visto e ponderado;

Ouvido o antigo Ministro dos Negocios da Marinha e Ultramar, e a promoção do Ministerio Publico:

Considerando que as partes são legitimas e os proprios que estão em juizo, e que neste recurso interposto no prazo legal, foi empregado o processo competente;

Considerando que não está provado no processo que o despacho recorrido de 8 de junho de 1910, que confirmou a exclusão do concorrente Joaquim Soares Franco, violou lei ou regulamento, offendeu quaesquer direitos adquiridos, ou traduziu incompetencia ou excesso de poder (lei de 9 de setembro de 1908, artigo 89.º-*tres*): a) porque o Ministro recorrido tinha competencia para proferir o despacho de 8 de junho de 1910 (regulamento de 27 de junho de 1910, artigo 94.º, § 2.º); b) porque o Conselho da Administração dos Serviços Fabris tinha competencia para julgar da idoneidade dos concorrentes e excluir da praça os que não dessem garantias (regulamento citado, artigo 94.º); c) porque, consequentemente, não houve offensa de direitos adquiridos;

Hei por bem, conformando-me com a presente consulta, denegar provimento no recurso interposto por Joaquim Soares Franco, em 20 de junho de 1910, e confirmar para todos os effeitos o despacho de 8 de junho do mesmo anno que confirmou a exclusão do recorrente da praça celebrada em 30 de maio do mesmo anno de 1910.

O Ministro da Marinha e Colonias assim o faça imprimir, publicar e correr.

Dado nos Paços do Governo da Republica, em 15 de abril de 1911. — *Amaro de Azevedo Gomes.*

Direcção Geral de Marinha

3.ª Repartição

Por portaria de 7 do corrente:

Joaquim Germano — nomeado faroleiro auxiliar. (Tem o visto do Tribunal de Contas).

Direcção Geral da Marinha, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *J. M. Teixeira Guimarães.*

Direcção Geral das Colonias

1.ª Repartição

1.ª Secção

Despachos effectuados na data abaixo indicada

Por decretos de 15 do corrente mês:

Duarte Egas Pinto Coelho, tenente-medico — exonerado do cargo de Intendente dos Negocios Indigenas e de Emigração na provincia de Moçambique.

Agostinho Candido Loureiro — exonerado do lugar de director da Imprensa Nacional da provincia de Moçambique.

Por portarias de 15 do corrente mês:

Antonio Cardoso de Oliveira — confirmado no lugar de continuo da Intendencia dos Negocios Indigenas e de Emigração na provincia de Moçambique.

Eduardo Ferreira da Conceição, funcionario do 1.º grau do quadro administrativo da provincia de Moçambique e amanuense da circumscrição de Inharrime — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias que, em sua sessão de 13 do corrente mês, lhe arbitrou sessenta dias de licença, para continuar o tratamento. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Joaquim Augusto de Matos Caeiro, amanuense da fiscalização de emigração em Ressano Garcia na provincia de Moçambique — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias que, em sua sessão de 13 do corrente mês, lhe arbitrou noventa dias de licença para se tratar. (Idem).

2.ª Secção

Por decreto de 15 do corrente:

Zoivontá Sinay Carapurcar, attendendo ás informações a seu respeito dadas pelo governador geral da India portuguesa e pelo presidente da Relação de Nova Goa — nomeado escrivão do primeiro officio da comarca de Salsete.

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade.*

2.ª Repartição

2.ª Secção

Attendendo ao que lhe representou o governador de Cabo Verde, com fundamento na conveniencia e oportunidade de criar as possiveis facilidades a toda a iniciativa tendente a promover o fomento agricola e industrial d'aquella provincia, para o que muito poderá concorrer o desenvolvimento dos meios de transporte;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os automoveis completos, com ou sem vehiculos, destinados a serem rebocados pelo carro motor, que forem importados pelas alfandegas da provincia de Cabo Verde, pagarão 30\$000 réis de direitos.

§ unico. As peças separadas para renovação de automoveis já existentes na provincia são isentas de direitos.

Art. 2.º É fixado em 5 por cento *ad valorem* o direito da gasolina que, pelas mesmas alfandegas, houver de ser importada para combustivel dos automoveis.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e a execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Republica, em 25 de março de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Bernardino Machado — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Manuel de Brito Camacho.*

Sendo de reconhecida conveniencia e vantagem facilitar a entrada na provincia de Moçambique de carros especialmente destinados ao transporte de carga, modificando neste sentido o disposto no decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É alterada, com relação á provincia de Moçambique, a especificação do artigo 2.º do decreto com força de lei de 26 de novembro de 1903, ficando estabelecido:

1.º Que os automoveis incompletos (rodados com motor) pagarão o direito de importação de 70\$000 réis;

2.º Que os automoveis completos, destinados ao transporte de pessoas, pagarão de direitos de importação, seja qual for a procedencia, 120\$000 réis;

3.º Que os carros automotores destinados ao transporte de carga, seja qual for a procedencia, pagarão de direitos de importação 30\$000 réis;

Art. 2.º A gasolina, importada para combustivel de automoveis e carros automotores, pagará, como producto chimico não especificado, a taxa fixada nas respectivas tabellas pautas para as mercadorias não especificadas.

Art. 3.º Fica revogada a legislação em contrario.

Determina-se portanto que todas as autoridades, a quem o conhecimento e execução do presente decreto com força de lei pertencer, o cumpram e façam cumprir e guardar tão inteiramente como nelle se contém.

Os Ministros de todas as Repartições o façam imprimir, publicar e correr. Dado nos Paços do Governo da Repu-

blica, em 15 de abril de 1911. — *Joaquim Theophilo Braga — Antonio José de Almeida — Affonso Costa — José Relvas — Antonio Xavier Correia Barreto — Amaro de Azevedo Gomes — Bernardino Machado — Manuel de Brito Camacho.*

Despacho effectuado na data abaixo indicada

Em portaria de 15 do corrente:

Francisco Domingos Cravo, guarda fiscal de 1.ª classe do serviço aduaneiro do districto do Congo — confirmado o parecer da Junta de Saude das Colonias, arbitrando-lhe noventa dias de licença para se tratar. (Tem a pagar os respectivos emolumentos e addicionaes).

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade.*

3.ª Secção

Em portaria de 17 do corrente:

Eduardo Rodrigues, escrivão da capitania dos portos da provincia de Angola — aposentado com a pensão annual de 360\$000 réis, correspondente á totalidade do respectivo ordenado de categoria, nos termos do n.º 4.º do artigo 1.º do § 1.º da carta de lei de 28 de junho de 1864 e do artigo 25.º do decreto de 20 de setembro de 1906.

Direcção Geral das Colonias, em 17 de abril de 1911. — O Director Geral, *A. Freire de Andrade.*

5.ª Repartição

Tendo a doença do somno, na Ilha do Principe, adquirido nos ultimos annos um tal desenvolvimento que está dificultando a colonização e comprometendo gravemente a vida economica d'aquella colonia;

Sendo muito avultado o numero de serviços atacados por esta doença e consideravelmente elevada a mortalidade que ella determina;

Resultando d'esta deploravel situação sanitaria importantes prejuizos de ordem moral e material que ao Governo cumpre supprimir ou pelo menos reduzir a proporções compatíveis com o regime de trabalho agricola a que está intimamente ligada a prosperidade da referida Ilha;

Tendo a sciencia deduzido da etiologia da doença do somno os meios apropriados de a combater e estando indicadas pela missão portugueza que estudou a hypnose na Ilha do Principe as providencias locais que mais convem pôr em pratica para libertar esta colonia de tão dura condição;

O Governo Provisorio da Republica Portuguesa faz saber que em nome da Republica se decretou, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º É obrigatorio o exame medico, no porto de embarque, de todos os serviços que se destinem á Ilha do Principe, para se verificar se estão affectados de trypanosomiase.

§ 1.º O embarque somente será permitido áquelles em que o exame der resultado negativo, devendo a autoridade sanitaria entregar-lhes um certificado, pelo qual provem que não estão atacados de doença do somno.

§ 2.º Nenhum serviço poderá desembarcar na Ilha do Principe, sem que apresente o certificado a que se refere o paragrapho anterior.

§ 3.º O exame medico de que trata este artigo, repetir-se-ha na ocasião do desembarque, sempre que a autoridade sanitaria o julgue necessario como rigor de precaução ou por impossibilidade de identificação dos serviços.

Art. 2.º Não é permitida a saída de serviços da Ilha do Principe, sem previa inspecção da autoridade sanitaria, que prohibirá o seu embarque em livre transito aos que estiverem affectados de trypanosomiase.

Art. 3.º Todos os serviços existentes na Ilha do Principe, sejam quaes forem os serviços que desempenhem, serão submettidos methodicamente, por periodos não superiores a noventa dias, a um exame medico rigoroso, para se reconhecer se estão atacados da doença do somno.

§ 1.º Os serviços que estiverem no primeiro periodo da doença poderão continuar a trabalhar, se a autoridade sanitaria, por meio de apropriado tratamento, reconhecer que elles não constituem perigosos reservatorios de virus.

§ 2.º Os serviços que por causa do avançado grau da doença não possam trabalhar, e os que, apesar do tratamento prophylactico indicado no paragrapho antecedente, se não tornem inoffensivos sob o ponto de vista da transmissão da hypnose, serão sequestrados em lugar apropriado, que as autoridades locais escolherão, fora da area das glossinas, para receberem o conveniente tratamento.

Art. 4.º São obrigados a submeter-se ás imposições prophylacticas da autoridade sanitaria todos os individuos não serviços, seja qual for a sua condição social, que estejam affectados de doença do somno.

§ 1.º Para o effeito designado neste artigo não poderão os referidos individuos recusar-se ao exame medico que a autoridade sanitaria tiver necessidade de fazer para verificar se estão atados de trypanosomiase.

§ 2.º O exame medico a que se refere o paragrapho anterior será feito quando e como a autoridade sanitaria julgar mais conveniente.

§ 3.º Conforme os resultados obtidos no exame medico dos individuos de que trata este artigo, poderá a autoridade sanitaria submittê-los a tratamento prophylactico ou recorrer ás medidas de sequestração ou outras que as circunstancias aconselhem.

Art. 5.º Em todas as propriedades agricolas da Ilha do Principe haverá as *équipes* que a autoridade sanitaria julgar